

RUI ARAÚJO

ruipcaraujo97@gmail.com

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

AS DOENÇAS MENTAIS ATRAVÉS DE UMA COBERTURA QUE PROMOVE SITUAÇÕES DE RISCO

RESUMO

Os *media* apresentam-se como uma das principais fontes de informação para o público em geral quando o tema é saúde. No caso particular das doenças mentais, o jornalismo tem uma importância tão ou mais delicada na promoção ou na prevenção de situações de risco. Quisemos perceber de que forma este tipo de patologias é retratado nos *media*. Para tal, analisámos 241 artigos sobre doenças mentais publicados entre os anos 2013 e 2017 em quatro jornais diários nacionais portugueses e concluímos que a cobertura se centra em situações negativas, não se estende em longos trabalhos de reportagem ou entrevista e se sustenta num espectro reduzido de fontes de informação.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo; fontes de informação; doenças mentais; saúde

INTRODUÇÃO

As doenças mentais têm vindo a afetar cada vez mais população. Portugal é o país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) onde se vendem mais antidepressivos por ausência de outras respostas para as doenças do foro psicológico (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017). Segundo dados do Programa Nacional Para a

Saúde Mental de 2017 – os mais recentes até à data de escrita do presente documento –, as regiões do Centro e do Alentejo registavam o maior número de doentes com perturbações de ansiedade e de demência (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017).

A Direção-Geral da Saúde (DGS) dá nota de um fator importante que pode influenciar de sobremaneira o grau de incidência das doenças mentais: “será importante verificar se esta tendência [de aumento do número de registo de perturbações mentais em Portugal], ocorrida no período de crise económica, se irá manter nos próximos anos” (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017, p. 5). No que diz respeito ao consumo de medicamentos associados às doenças mentais, entre 2012 e 2016 registou-se um aumento em termos de dose diária definida (DDD). No entanto, desde 2014 que a utilização de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos está em queda.

Para combater esta realidade, a DGS criou um grupo de trabalho com o objetivo de “caracterizar a realidade atual e definir recomendações de boas práticas” na prescrição de psicofármacos em idade pediátrica.

O Sistema Nervoso Central tem um amadurecimento lento e complexo que estará concluído pelos 18 anos, o que justifica a recomendação de evitar a utilização de substâncias psicoativas até então. Quando se verificam os resultados abaixo e que em todos os grupos etários a maioria acedeu a psicofármacos através de prescrição médica, é inevitável questionar a racionalidade da prescrição destes fármacos. (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017, p. 7)

Relativamente à mortalidade derivada das doenças mentais, em Portugal, a taxa é baixa e “está relacionada quase exclusivamente com o suicídio (3,1% em 2015)” (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017, p. 8). O suicídio observa-se sobretudo em pessoas com doenças mentais graves, na sua maioria tratáveis – como depressão e perturbação bipolar –, integrando assim o lote das mortes potencialmente evitáveis, dado que se o diagnóstico da doença for realizado atempadamente as hipóteses de cura são significativas.

A taxa de mortalidade por suicídio incide maioritariamente na faixa etária igual ou superior a 65 anos. Quanto às assimetrias regionais, o Alentejo é a fração territorial mais dizimada pelo suicídio derivado de doenças mentais (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017, p. 9).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS DOENÇAS MENTAIS

O jornalismo é a principal fonte de informação para os cidadãos quando o tema é saúde. As doenças mentais inserem-se neste campo. Apesar de cada vez mais pessoas padecerem desse tipo de doenças, os *media* nem sempre lhes dedicam atenção suficiente. É, portanto, essencial que a cobertura jornalística das doenças mentais seja rigorosa e contextualizada de forma a prevenir e tratar situações de risco.

No entanto, segundo Otto F. Wahl (2003), as doenças mentais são retratadas nos jornais de forma imprecisa e negativa, tanto nos Estados Unidos da América como noutras geografias, devido ao uso de linguagem incorreta ou inapropriada.

Um estudo analisou a qualidade da cobertura mediática da esquizofrenia em cinco jornais diários do Reino Unido durante os anos de 1995 e 2005. Nestes dois períodos de tempo separados por 10 anos, constatou-se que os artigos jornalísticos utilizam “descrições estigmatizantes” para descrever pessoas com esquizofrenia. De tal forma que os doentes são tratados nos artigos jornalísticos como reclusos quando saem de um período de internamento em hospitais psiquiátricos – utilizam o termo “liberto” – e são descritos com adjetivos como “louco” ou “maluco” (Clement & Foster, 2008, p. 180).

Otto F. Wahl (1995) debruçou-se sobre a problemática da utilização deficiente da linguagem no jornalismo sobre doenças mentais, nomeadamente no que diz respeito ao uso de termos psiquiátricos. No seu livro *Media madness: public images of mental illness*, o psicólogo diz que os jornais tendem a confundir dois conceitos distintos: psicótico e psicopata. O primeiro diz respeito a pessoas que têm delírios e alucinações, enquanto o segundo aponta para ações antissociais. A confusão de significados alastra-se a outras definições, como é o caso de doença mental, marcada por deficiência psicológica, e atraso mental, definido como intelecto reduzido.

A forma como os casos de doenças mentais são retratados e as razões pelas quais chegam ao espaço mediático têm contribuído para a criação de um estigma que envolve o universo desta patologia. Estudos indicam que o tratamento jornalístico deste tipo de distúrbios de saúde é maioritariamente refletido em notícias de teor negativo, com tendência a enquadrarem-se nas áreas do crime violento e do suicídio (Corrigan et al., 2005; Coverdale, Nairn & Claasen, 2002; Olstead, 2002; Wahl, Wood & Richards, 2002).

Angermeyer e Schulze (2001) analisaram os artigos sobre doenças mentais publicados durante um período de nove meses em 1997 no jornal alemão *Bild-Zeitung*, constatando que mais de metade das peças jornalísticas são sobre crime e relacionam as doenças mentais com a violência. Os investigadores reuniram outras características comuns a este tipo de cobertura mediática: os artigos demonstram que o comportamento criminoso foi causado pela doença mental; ligam a doença mental à violência antes de explicarem o incidente; e, em casos judiciais, expressam raiva pelo facto de a doença mental reduzir a responsabilidade criminal.

Para além dos crimes, as doenças mentais são retratadas nos *media* por força dos suicídios ou tentativas de suicídio. Angermeyer e Schulze (2001) concluíram que, na maior parte destes artigos, o motivo que levou ao suicídio era atribuído à depressão. No entanto, existem estudos com resultados diferentes. Jamieson, Jamieson e Romer (2003) analisaram a cobertura do suicídio do jornal *New York Times* nos anos 1990, 1995 e 1999, concluindo que 60% dos artigos citavam um acontecimento repentino da vida como razão do suicídio e não a depressão.

No que diz respeito ao suicídio, os *media* escolhem retratar os casos mais bizarros. Algo que Angermeyer e Schulze (2001) teorizaram e vai ao encontro do estudo de Pirkis e colegas (Pirkis, Burgess, Blood & Francis, 2007), que analisou os *media* australianos durante um ano – entre 2000 e 2001 – e concluiu que suicídios cometidos por métodos violentos ou dramáticos foram considerados particularmente dignos de destaque.

Ainda assim, em 2005 foi feita uma análise comparativa no Utah – Estados Unidos da América – em que procuravam estabelecer uma relação entre as mortes violentas e o conseqüente tratamento jornalístico desses acontecimentos (Genovesi, Donaldson, Morrison & Olson, 2010). Através de exames médicos, repararam que apenas uma pequena parte das mortes violentas se devia a suicídios, mas a cobertura jornalística foi desproporcional a este número.

Ambos os estudos enunciados acima indicam que os *media* apresentam uma representação irreal do suicídio, fazendo sobressair uma cobertura sensacionalista que pode acentuar ou encorajar um comportamento suicida imitador.

Para melhorar a forma como as doenças mentais são abordadas nos *media*, foram criados alguns guias que ajudam a consciencializar os profissionais e, conseqüentemente, a população para estas questões. Os manuais procuram ensinar como usar linguagem não estigmatizante, fornecem dados sobre as doenças mentais e delimitam algumas diretrizes para

entrevistar pacientes. Todavia, não se sabe ao certo até que ponto estes documentos são utilizados e até se são eficazes.

As doenças mentais são um ramo sensível da medicina, por isso, os *media* ocupam um papel que pode ser preponderante na vida dos cidadãos, conseguindo fazer a diferença entre salvar uma pessoa (se o tratamento jornalístico for adequado) ou encorajar comportamentos nocivos (se a cobertura jornalística não for cuidada).

A ESPIRAL DO SILÊNCIO E O JORNALISMO DE QUALIDADE

Em todas as áreas do jornalismo existem fontes de informação que são mais vezes trazidas para o plano mediático, seja pelo cargo que ocupam, pelo papel que desempenham, pela proximidade ou até pelas competências discursivas que em alguns meios de comunicação social são essenciais. Em contrapartida, há uma falange de interlocutores que nunca chega ao patamar de fonte.

Elisabeth Noelle-Neumann (1995) propôs a teoria da espiral do silêncio em 1973. A cientista política alemã teorizou que, em termos latos, os indivíduos omitem a sua opinião quando a mesma não vai ao encontro da opinião dominante, porque, segundo a autora, as pessoas têm medo da crítica e do isolamento.

Para Nilson Lage:

a ideia central desta teoria situa-se na possibilidade de que os agentes sociais possam ser isolados dos seus grupos de convívio caso expressem publicamente opiniões diferentes daquelas que o grupo considere como opiniões dominantes. Isso significa dizer que o isolamento das pessoas, de afastamento do convívio social, acaba sendo a mola mestra que aciona o mecanismo do fenómeno da opinião pública, já que os agentes sociais têm profunda percepção do clima de opinião. E é esta alternância cíclica e progressiva que Noelle-Neumann chamou de espiral do silêncio. (Lage, 1998, p. 16)

Todavia, a espiral do silêncio também se pode verificar quando nos *media* os jornalistas procuram obter informações e opiniões com base nas mesmas fontes de informação, empurrando para a sombra – ou para a espiral do silêncio – outras individualidades que também têm capacidade para se tornar fonte.

No que diz respeito às doenças mentais, os jornalistas pretendem envolver os seus artigos com fontes especializadas, que neste caso podem ser

neurologistas, pediatras, psiquiatras, psicólogos, investigadores, entre outros. No entanto, descodificar o discurso deste tipo de fontes nem sempre é tarefa fácil, podendo ser uma das razões que leva ao tratamento jornalístico impreciso das doenças mentais observado por Wahl (2003). Na hora da produção noticiosa, são as competências técnicas das fontes que definem a escolha por parte dos jornalistas (Albæk, 2011; McAllister, 1992; Tanner, 2004).

A procura de especialistas nas mais diversas áreas configura uma necessidade premente para descodificar algumas linguagens e narrativas de difícil compreensão por parte dos jornalistas e também da população em geral, assim como assume o papel de legitimar e credibilizar os artigos jornalísticos (Amend & Secko, 2012, p. 260). Com a panóplia de fontes especializadas que se pode encontrar nas inúmeras temáticas, existe a tendência de dar mais valor a umas fontes em detrimento de outras. No âmbito das doenças mentais, os psiquiatras são mais vezes solicitados pelos jornalistas do que os psicólogos.

A reduzida variedade de fontes utilizadas pelos jornalistas pode refletir as contingências de ambos os campos (da saúde e do jornalismo). Por um lado, na área médica, os indivíduos com maior conhecimento científico e mais reputação ou notoriedade social têm tendência a envergar com mais frequência o papel de fonte de informação. Por outro lado, os profissionais dos *media* enfrentam alguns entraves ao alargamento da carteira de fontes, porque nem todos os jornalistas dominam os assuntos que estão a trabalhar, nem todos têm uma rede de fontes de informação suficientemente ampla que lhes permita escolher o indivíduo mais adequado para determinado tema, e o tempo dentro das redações é reduzido, tendo em conta a carga de trabalho exigida a cada profissional.

Hodgetts, Chamberlain, Scammell, Karapu e Waimarie Nikora (2008) relatam que não é fácil encontrar as fontes certas para falar sobre determinado tema e essa é uma das razões que leva ao constante recurso às mesmas fontes de informação, acabando por ignorar outras fontes também válidas que vivem na espiral do silêncio. A promoção destas falanges ao estatuto de fonte de informação permite que o espaço mediático se torne mais plural e democrático. Um jornalismo de qualidade faz-se também com essas duas características.

RESULTADOS

Entre 2013 e 2017, os jornais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* publicaram 241 artigos sobre doenças mentais,

suicídio e depressão, sendo aí citadas 550 fontes de informação. Da análise efetuada à totalidade dos textos, é possível identificar alguns aspetos que caracterizam a forma como este tipo de temáticas aparece nos jornais diários em Portugal.

Os títulos são maioritariamente negativos (60%), chegando a ser três vezes mais que os positivos (20%) e os neutros (20%). A esmagadora maioria dos trabalhos jornalísticos realizados no âmbito das doenças mentais pertence ao género notícia (92%), contrapondo-se à reduzida representatividade das reportagens e entrevistas (ambas com 4%). Estes dados refletem a pouca importância que os jornalistas dão ao tema das doenças mentais – com a quase inexistência de trabalhos de fundo –, podendo existir um travão inconsciente que é acionado pelo receio de abordar um tipo específico de fontes que é particularmente sensível nesta patologia (os pacientes).

No entanto, existem pontos positivos a extrair da análise dos quatro principais jornais diários portugueses. Os jornalistas tendem a acompanhar determinado assunto relativo às doenças mentais, visto que, no que diz respeito ao tempo da notícia, 41% constituem o ponto de situação. Em seguida, 23% dos artigos fazem o rescaldo de acontecimentos ocorridos no dia anterior à publicação do jornal.

Outro elemento importante que reforça a qualidade do jornalismo feito pelos quatro jornais examinados diz respeito ao facto de a grande maioria dos artigos ter presença de fontes (98%), sendo que 92% são identificadas. Este aspeto reveste o tratamento jornalístico de clareza e de credibilidade.

Quanto aos motivos que levam os jornais a produzir peças sobre as doenças mentais (Gráfico 1), observa-se que as notícias retratam situações específicas, que representam 35,7% dos artigos. Os retratos de situação são momentos de balanço que procuram descrever o panorama geral ou particular de determinado acontecimento e podem ser alavancados por incidentes passados ou eventos futuros. As situações de alarme e risco despertam também interesse por parte dos quatro órgãos de comunicação analisados (21,2%), configurando-se como uma das razões que leva ao elevado número de títulos negativos nas notícias sobre doenças mentais.

Com a atenção centrada nestas duas fileiras, existem motivos de noticiabilidade que permanecem na sombra face a temas que obtêm maior visibilidade ou interesse por parte dos leitores. A prevenção e as práticas clínicas e tratamentos são temas pouco abordados nas notícias sobre as doenças mentais. No entanto, seria uma oportunidade para ajudar a

desmistificar uma patologia que se encontra envolta em estigmas. Para além disso, poderia ser uma forma de diminuir o número de futuros pacientes.

A reduzida percentagem de notícias que se foca na prevenção pode ser explicada pelo facto de não se encontrar valor noticioso nessa temática. O assunto da prevenção é retratado, normalmente, em trabalhos centrados noutras questões.

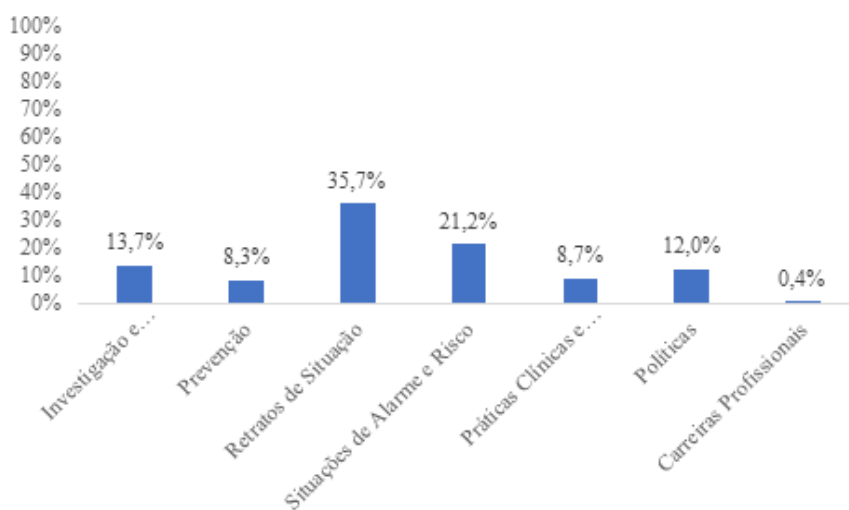


Gráfico 1: Motivos de noticiabilidade (%)

As fontes de informação são um elemento essencial do jornalismo. No que diz respeito à cobertura das doenças mentais por parte dos jornais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, o recurso a fontes não identificadas ou anónimas é diminuto. Apenas 7% são não identificadas e 1% são anónimas. Trata-se de um indicador positivo quanto à qualidade jornalística empregue nesta área do jornalismo de saúde.

Contudo, quanto à diversidade de fontes, o cenário é diferente. A maior parte das pessoas citadas pelos jornalistas é do sexo masculino. Os homens representam 46,7% do total de fontes, enquanto que as mulheres são solicitadas em 12% das vezes. A pouca pluralidade na escolha dos interlocutores que ajudam a construir as notícias vai para além do tipo de fonte.

No que diz respeito ao estatuto das fontes, os jornalistas recorrem com frequência a interlocutores especializados na área da saúde. Todavia,

existe uma área da saúde que é esquecida na equação da cobertura das doenças mentais (Gráfico 2): a Psicologia. A esmagadora maioria das fontes contactadas pelos jornalistas é especializada em Psiquiatria (71,7%) ou em Psiquiatria da Infância e da Adolescência (13,3%). Em Portugal, existem cerca de 23.000 psicólogos e 1.180 psiquiatras, mas os *media* fazem uma representação inversa desta realidade.

Com o espectro de seleção de fontes reduzido, o jornalismo fica comprometido. A multiplicação de tarefas dos jornalistas e a consequente diminuição do tempo disponível para contactar fontes diversificadas são alguns entraves ao melhoramento deste aspeto da vida dos *media*. Por outro lado, os jornalistas procuram citar os profissionais mais qualificados, o que pode justificar a escolha recorrente a psiquiatras em detrimento de psicólogos ou de outros profissionais.

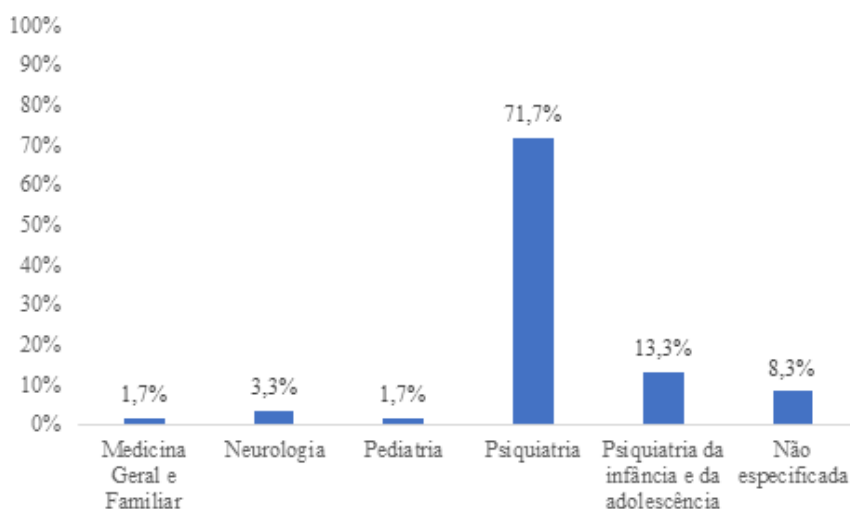


Gráfico 2: Especialidade das fontes de informação (%)

NOTAS FINAIS

De um período de cinco anos, compreendido entre 2013 e 2017, foram analisados todos os artigos relativos às doenças mentais que se encontram publicados nos jornais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*. Concluiu-se que as notícias que têm esta temática apresentam ângulos negativos e não se estendem em longos trabalhos de reportagem ou de entrevista.

Falar de saúde nos *media* não é fácil. Trata-se de uma enorme responsabilidade, visto que o jornalismo é a principal fonte de informação para os cidadãos quando o tema é saúde. No caso das doenças mentais, os esforços têm de ser redobrados devido à complexidade da patologia e aos possíveis riscos que uma cobertura desadequada pode promover.

Em todo o mundo, as doenças mentais são retratadas nas notícias de forma negativa e, muitas vezes, imprecisa. Otto F. Wahl (2003) considera que isso é uma consequência da linguagem incorreta ou inapropriada que é adotada pelos jornalistas nos seus artigos. Por vezes, os profissionais dos *media* não possuem ferramentas essenciais para descodificar a linguagem científica que envolve toda a área da saúde.

Essa barreira comunicativa que divide a comunidade científica especializada e os jornalistas promove uma cobertura superficial das doenças mentais – noticiando-se situações de alarme e risco, por exemplo –, que não cumpre com o propósito de prevenir situações perigosas e mostrar formas de tratamento possíveis. As doenças mentais são, muitas vezes, utilizadas como pretexto para uma tabloidização das notícias que se centram em crimes, contribuindo para a criação de um estigma que envolve o universo desta patologia.

Através da análise efetuada, concluímos que existem fontes de informação com enorme poder de moldar o espaço mediático e outras que são incessantemente esquecidas pelos jornalistas. Apesar de, em Portugal, existirem quase 20 vezes mais psicólogos do que psiquiatras, a Psicologia – que é uma área importante no tratamento e prevenção de doenças mentais – não tem oportunidade de chegar a fonte com a mesma frequência que a Psiquiatria. Fundamental será dizer que o contributo de tudo o que se encontra nas espirais do silêncio é essencial para a manutenção de um jornalismo de qualidade, não podendo nunca ser esquecido de sobremaneira.

As dificuldades financeiras que muitos grupos mediáticos atravessam colocam-se como uma pedra no caminho de um jornalismo mais plural e democrático que em tudo beneficiaria o cidadão. Os *media* devem cumprir o papel de serviço público na promoção de modos de vida equilibrados que permitam a prevenção e o tratamento de problemas relacionados com a saúde. Caso contrário, as notícias podem acentuar ainda mais um certo tipo de doenças que, neste caso, se desenvolve em silêncio dentro da mente de cada um.

REFERÊNCIAS

- Albæk, E. (2011). The interaction between experts and journalists in news journalism. *Journalism*, 12(3), 335-348. <https://doi.org/10.1177/1464884910392851>
- Amend, E. & Secko, D. M. (2012). In the face of critique: a metasynthesis of the experiences of journalists covering health and science. *Science Communication*, 34(2), 241-282. <https://doi.org/10.1177/1075547011409952>
- Angermeyer, M. C. & Schulze, B. (2001). Reinforcing stereotypes: how the focus on forensic cases in news reporting may influence public attitudes towards the mentally ill. *International Journal of Law and Psychiatry*, 24(4-5), 469-486. [https://doi.org/10.1016/S0160-2527\(01\)00079-6](https://doi.org/10.1016/S0160-2527(01)00079-6)
- Clement, S. & Foster, N. (2008). Newspaper reporting on schizophrenia: a content analysis of five national newspapers at two time points. *Schizophrenia Research*, 98(1-3), 178-183. <https://doi.org/10.1016/j.schres.2007.09.028>
- Corrigan, P.W., Watson A.C., Gracia, G., Slopen, N., Rasinski, K. & Hall, L.L. (2005) Newspaper stories as measures of structural stigma. *Psychiatric Services*, 56(5), 551-556. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.56.5.551>
- Coverdale, J., Nairn, R. & Claasen, D. (2002). Depictions of mental illness in print media: a prospective national sample. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36(5), 697-700. <https://doi.org/10.1046/j.1440-1614.2002.00998.x>
- Genovesi, A. L., Donaldson, A. E., Morrison, B. L. & Olson, L. M. (2010). Different perspectives: a comparison of newspaper articles to medical examiner data in the reporting of violent deaths. *Accident Analysis & Prevention*, 42(2), 445-451. <https://doi.org/10.1016/j.aap.2009.09.006>
- Hodgetts, D., Chamberlain, K., Scammell, M., Karapu, R. & Waimarie Nikora, L. (2008). Constructing health news: possibilities for a civic-oriented journalism. *Health (London)*, 12(1), 43-66. <https://doi.org/10.1177/1363459307083697>
- Jamieson, P., Jamieson, K. H. & Romer, D. (2003). The responsible reporting of suicide in print journalism. *American Behavioral Scientist*, 46(12), 1643-1660. <https://doi.org/10.1177/0002764203254620>
- Lage, N. (1998). *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.
- McAllister, M. (1992). AIDS, medicalization and the news media. In T. Edgar, M. A. Fitzpatrick & V. S. Freimuth (Eds.), *AIDS: a communication perspective* (pp. 195-221). Nova Jérícia: Lawrence Erlbaum.

- Noelle-Neumann, E. (1995). *La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Espanha: Paidós Iberica.
- Olstead, R. (2002). Contesting the text: Canadian media depictions of the conflation of mental illness and criminality. *Sociology of Health & Illness*, 24(5), 621-643. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.00311>
- Pirkis, J., Burgess, P., Blood, W. R. & Francis, C. (2007). The newsworthiness of suicide. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 37(3), 278-283. <https://doi.org/10.1521/suli.2007.37.3.278>
- Programa Nacional para a Saúde Mental. (2017). *Programa Nacional para a Saúde Mental*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Tanner, A. H. (2004). Agenda building, source selection, and health news at local television stations: a nationwide survey of local television health reporters. *Science Communication*, 25(4), 350-363. <https://doi.org/10.1177/1075547004265127>
- Wahl, O. F. (1995). *Media madness: public images of mental illness*. Rutgers: Rutgers University Press.
- Wahl, O. F. (2003). News media portrayal of mental illness: implications for public policy. *American Behavioral Scientist*, 46(2), 1594-1600. <https://doi.org/10.1177/0002764203254615>
- Wahl, O. F., Wood, A. & Richards, R. (2002). Newspaper coverage of mental illness: is it changing? *Psychiatric Rehabilitation Skills*, 6(1), 9-31. <https://doi.org/10.1080/10973430208408417>

Citação:

Araújo, R. (2020). As doenças mentais através de uma cobertura que promove situações de risco. In F. Lopes & R. Araújo (Eds.), *As doenças na imprensa portuguesa: retrato da década* (pp. 50-61). Braga: CECS.